

2 de abril de 2025: *It's not just tariffs, stupid*



» ROBERTO RODOLFO GEORG UEBEL
Professor de relações internacionais da ESPM, economista e geógrafo

como vemos e vivemos neste mundo. Chamo esse novo horizonte que se desenha de fragmentação da multilateralidade, ou do multilateralismo. Mas por que esta data específica? O 2 de abril de 2025 é previsto como dia do início oficial da Guerra Tarifária dos Estados Unidos, ou "Liberation Day", segundo Trump, contra não apenas seus principais aliados, como México, Canadá e países da União Europeia, mas também contra a China e outros parceiros estratégicos, como o Brasil. Segundo o presidente Donald Trump, essas tarifas não terão apenas fins comerciais, mas, sobretudo, políticos e geopolíticos. *It's not just tariffs, stupid!*

Para entendermos a dimensão da nova conjuntura que se descortina, imagine uma xícara sendo jogada ao chão. Ela se quebrará em centenas de pedaços que, mesmo colados e remendados por alguém bem-intencionado, jamais voltarão a cumprir a mesma função — no máximo, será um objeto de decoração. Algo semelhante aparece em uma das cenas do filme Vitória, em cartaz, estrelado pela grandiosa Fernanda Montenegro, provável candidata ao Oscar no próximo ano.

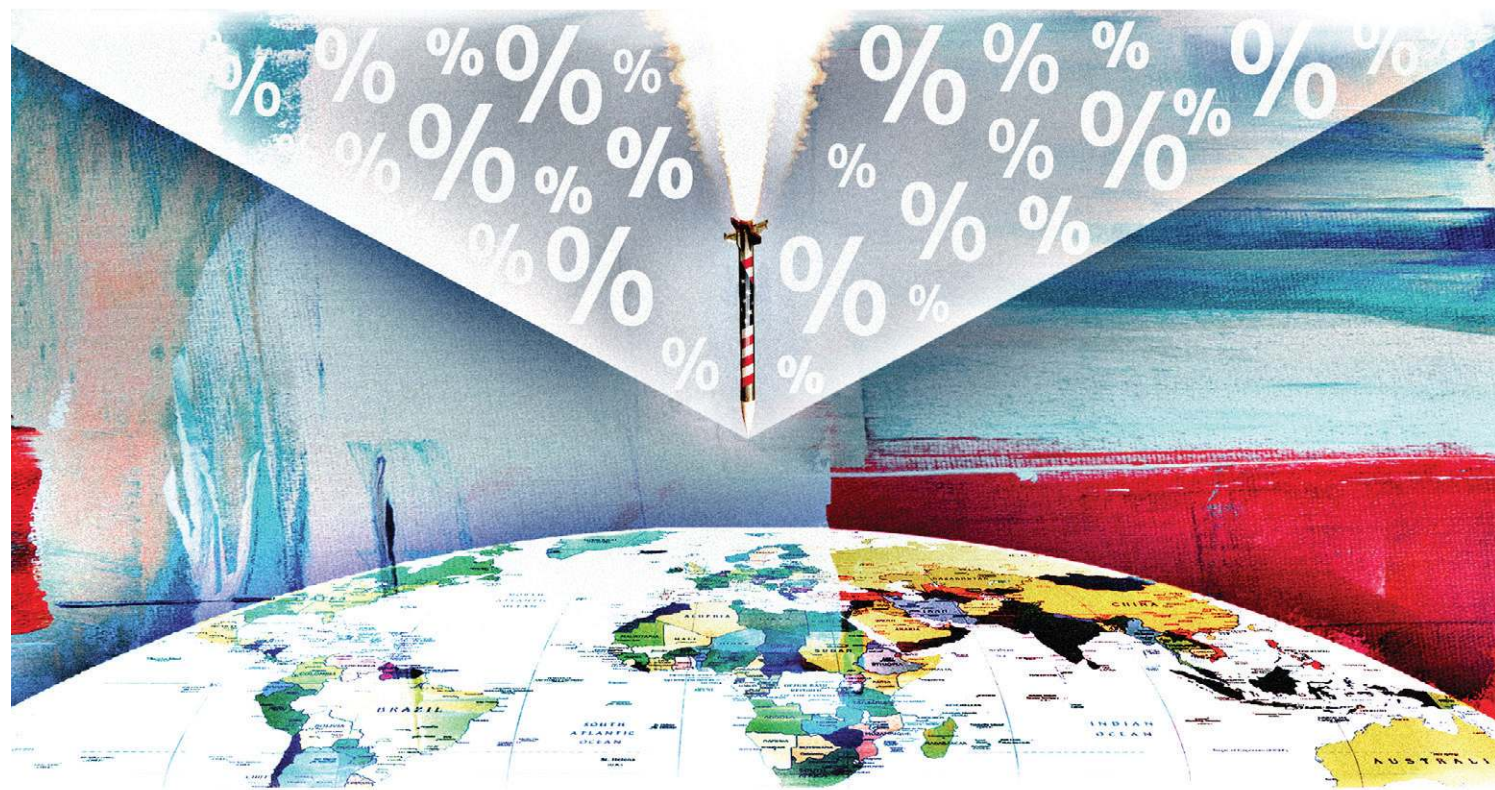
Este é o mundo atual: uma xícara prestes a ser jogada ao chão, correspondente ao sistema multilateral das relações internacionais. Um sistema em que organizações criadas há mais de um século mantêm alguma ordem global, o convívio sob regras e, como escreveria Kenneth Waltz, uma anarquia sob controle. Com sua fragmentação, provocada por uma agenda protecionista, isolacionista e nacionalista de Trump — e a resposta dos governos, inclusive seus aliados —, dificilmente veremos uma OMC eficaz para resolver querelas comerciais ou uma ONU

com autoridade para desautorizar incursões em lugares como o Canal do Panamá ou a Groenlândia.

As tarifas, enquanto mecanismo para encarecer produtos de países considerados "injustos" por Trump ou com os quais os EUA têm déficit comercial — o que não é o caso do Brasil —, são, na realidade, o instrumento legal encontrado pelo governo norte-americano para alcançar seus objetivos políticos e geopolíticos.

Se o México não barrar o fluxo de imigrantes ao norte, seus produtos serão tarifados; se o Canadá se recusar a vender petróleo exclusivamente aos EUA, será acusado de permitir o tráfico de opioides e, por consequência, sobretaxado; se os europeus, especialmente a Dinamarca, não consentirem com a cessão da Groenlândia a Washington, seus produtos, sobretudo bebidas, poderão ser taxados em até 200%; se a Ucrânia não aceitar exportar minerais críticos e terras raras com exclusividade aos EUA, perderá parte do seu território em um cessar-fogo negociado apenas entre a Casa Branca e o Kremlin; por fim, se a China seguir promovendo a competitividade capitalista nas indústrias tecnológica, quântica e aeroespacial, enfrentará tarifas e ameaças militares.

Este é o início da fragmentação do multilateralismo, cuja data já conhecemos. Mas não ousaria prever quando será o seu fim. Estamos, de fato, ingressando em uma nova era das relações internacionais. Tal como os marcos mencionados no início deste texto, trata-se de um ponto de inflexão, de não retorno. O mundo e suas organizações internacionais não serão remendados. Trata-se de um novo regime internacional.



Golpe de 64: políticas de memória para a não repetição de ameaças à democracia



» ANA MARIA OLIVEIRA
Presidenta da Comissão de Anistia

conselheiros que têm em comum a defesa intransigente da democracia e dos direitos humanos e a repulsa à ditadura e ao golpismo.

Liderados pela ministra Macaé Evaristo e pelo assessor especial Nilmário Miranda, resgatamos os atos solenes de pedidos de desculpas em nome do Estado brasileiro, inaugurados pelo ex-presidente da Comissão de Anistia Paulo Abrão como uma importante reparação simbólica. Além disso, estendemos essa reparação simbólica para o plano coletivo. Com o instituto da Anistia Coletiva, demos início ao reconhecimento de um conjunto de atos de exceção, na plena abrangência do termo, motivados politicamente e perpetrados por agentes do Estado autoritário contra grupos sociais, étnicos, comunitários e culturais durante o período, acompanhados do pedido de desculpas oficial do Estado democrático.

Entretanto, sabemos que o caminho da defesa da democracia é longo e permanente. Por isso, junto a demais entes estatais e sociedade civil, buscamos desenvolver outras três fundamentais políticas públicas: educação para a memória histórica e democrática junto à comunidade escolar dos ensinos fundamental e médio; atendimento psicológico, pelo SUS, às vítimas da violência de Estado do passado e do presente; redes de memoriais sobre a violência de Estado, as Caravanas de Anistia, levando a reparação para o local em que foram praticadas as violações e a resistência democrática na formação histórica brasileira.

A Comissão de Anistia é um dos poucos órgãos públicos que trata diretamente da justiça de transição no Brasil. A Lei Nº 10.559/2002, que a instituiu como comissão de Estado, não indica prazo para

a comissão acabar, e é salutar que assim o seja. A sua tarefa não envolve somente a análise e a concessão de pedidos de reparação econômica e simbólica, mas também a promoção de políticas de memória e para a não repetição. Vivemos no contexto inédito de julgamento de uma tentativa de golpe de Estado no Brasil, em pleno século 21. Nosso momento atual demonstra de forma cabal a necessidade de levarmos a sério a justiça de transição no nosso país. Uma das formas de fazermos isso é garantir a permanência e o necessário apoio institucional, orçamentário e social para o trabalho das comissões públicas que lidam diretamente com o tema.

A Constituição de 1988 demarca o conceito de anistia como algo devido aos que foram perseguidos políticos, como algo justo, e que acarreta o dever do Estado de reparar os que outrora perseguiu. Para a nossa ordem constitucional, a anistia deve ser sinônimo de justiça, e não de impunidade para golpistas e torturadores, para pessoas que atacaram ou tentaram atacar as bases democráticas tão duramente conquistadas.

Por fim, neste momento de esperança para a nação brasileira, reafirmamos a importância da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da responsabilização dos agentes da ditadura e de responsabilizar individualmente os agentes de Estado que conspiram contra a democracia e suas instituições. Essa mudança cultural, acompanhada por profundas reformas institucionais nas Forças Armadas e de segurança, é fundamental para a substituição da cultura autoritária pela cultura democrática, na construção urgente de uma nação livre e igualitária.

Ditadura, nunca mais! Democracia, sempre!

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Apoptose política

Não tenham tanta pressa em saber quem será o próximo presidente do nosso país ou o governo deste ou doutro estado da Federação. Muito menos que bancada virá com mais força dentro do Congresso. Talvez nenhuma dessas forças, amparadas por modelos políticos desenhados nos séculos passados, terão maior protagonismo num futuro próximo. Isso, caso estejamos mesmo indo na direção do que os pesquisadores denominam de hiper-história, com uma nova filosofia da natureza, uma nova antropologia filosófica ou uma nova filosofia da política. Junto com esse novo tempo que despenca, virá sobretudo uma nova filosofia da informação e, com ela, novos atores da política.

Quando essas mudanças acontecerem, nem mesmo o Estado terá papel principal na vida das pessoas, justamente porque ele corre o risco de perder também o poder informacional sobre os diversos grupos de cidadãos. O que se acredita é que, talvez, estejamos prestes a assistir ao advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) — ou seja, um conjunto diversificado de práticas, saberes e ferramentas, ligadas diretamente ao consumo e à transmissão de informação, todas elas desenvolvidas a partir da revolução, como a internet e as redes sociais. Vamos, de fato, ao encontro da sociedade da informação, com todas as mudanças de paradigmas que isso representa. A forma como consumimos agora essa massa de informação sem precedentes mudou em relação ao passado, e isso determinará mudanças, quer queiram ou não os políticos do passado.

O que de mais extraordinário pode acontecer com essas mudanças é que o Estado, como o conhecemos até aqui, está vivendo o que podem ser seus últimos momentos. Estamos imersos no que os cientistas políticos chamam de apoptose política. Ou seja, instituições de porte global estão assumindo o protagonismo da informação. Todo esse processo é ainda potencializado pelas chamadas inteligências artificiais (IAs). Não é por outra razão que as maiores potências do planeta estão numa corrida alucinada para o desenvolvimento de novas e poderosas IAs. De fato, a informação neste século 21 vai se constituindo, cada vez mais, numa referência de riqueza ou numa espécie de capital, capaz de determinar não apenas trocas, mas até mesmo soberanias.

Toda essa nova revolução parece ir contra o modelo padrão de Estado, justamente porque as próprias fronteiras parecem ter perdido o sentido em abrigar a soberania. O que valerá daqui para frente será a infocracia. Antes que isso possa acontecer, porém, poderemos assistir a múltiplas tensões no campo da geopolítica. Assim como nas células, que são programadas para deixar de existir num dado momento, a apoptose política (a apoptose é um processo de morte celular programada, que é fundamental para o desenvolvimento e a manutenção dos seres vivos) está sendo gerida com o intuito de acabar não só com o Estado, mas de substituir a democracia por uma sociedade da informação extraterritorial.

A infocracia irá acabar com o sentido das soberanias e das fronteiras. Nesse mundo que se anuncia, o poder passa para as mãos de empresas de informação, que passarão a determinar quem tem ou não o poder de fato. Nesse novo ambiente, o Estado passará de protagonista a figurante, uma vez que passa a perder sua centralidade. Poderes como o Legislativo, fazendo leis, o Judiciário, aplicando-as, e o Executivo, pondo o Estado para rodar, por total incapacidade de deter a informação e usá-la como querem, perderão progressivamente sua importância.

O que as seguidas crises políticas vividas pelo Brasil ao longo desses últimos séculos apontam é que há no horizonte um conjunto de mudanças a decretar o declínio, ou mesmo a eliminação de figuras do mundo político. Com eles, terá fim também um conjunto de ideologias, de movimentos políticos, com os partidos perdendo relevância, ou mesmo deixando de existir. Essa apoptose política virá ainda favorecida pela falta de apoio popular, por mudanças no seio da sociedade e por diversos outros fatores de ordem econômica.

» A frase que foi pronunciada

“Nosso desejo é o da nação: que este plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa. Autoridades, constituintes, senhoras e senhores, a sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.”

Ulysses Guimarães

Haja paciência

» Pacientes do Hospital do Paranoá pedem socorro. São horas de espera tanto para crianças quanto para adultos. Um deputado distrital poderia fazer a experiência de se passar por um paciente normal para sentir o drama. Certamente, alguma coisa iria mudar.

Referência

» Enquanto isso, o Hospital de Apoio de Brasília recebe equipe técnica da Finlândia que veio conhecer a triagem neonatal. O hospital é referência internacional.

» História de Brasília

O primeiro-ministro reuniu-se com os líderes de todos os partidos para estudar diversos assuntos e ficou resolvido, inclusive, combater o empreguismo. (Publicada em 29/4/1962)